



1
JW12
h y.
le

Acta integral da Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge, realizada em 29 de Novembro de 2015

Pelas 15h00 do dia 29 de Novembro de 2015, na Rua Amélia Rey Colaço, nº 46 D, em Carnaxide, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Bridge (FPB), com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação do projeto da acta integral da Assembleia Geral Ordinária realizada em 8 de Março de 2015.
2. Apreciação e aprovação do Plano de Atividades para 2016.
3. Apreciação e aprovação do Orçamento para 2016.
4. Apreciação, nos termos do nº. 3 do artigo 42º dos Estatutos da FPB, da proposta de ratificação da cooptação do Dr. Amadeu José dos Santos para integrar o Conselho de Disciplina.

A presente Assembleia foi dirigida por Maria Eugénia Davim, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, coadjuvada pelos Secretários da Mesa Adolfo Steiger Garção e Maria de Lourdes Centeno.

Compareceram 15 delegados, conforme lista de presenças apensa à presente Acta: 2 representantes das associações regionais, 7 representantes dos clubes, 4 representantes dos praticantes, 1 representante dos árbitros e 1 representante dos professores.

Para além dos delegados, também estiveram presentes na Assembleia Geral Inocêncio Araújo, Presidente da FPB, Nuno Baltazar e Luis Correia, vogais da Direção da FPB, todos sem direito a voto.

Antes de dar início à ordem do dia, a Presidente da Mesa concedeu algum tempo para os delegados, que o desejassem, apresentarem assuntos não inscritos na Convocatória.

O delegado João Paulo Rocha Pinto iniciou as questões prévias à Ordem de Trabalhos dizendo que a ARBL, ao contrário da generalidade das Associações Regionais, não comparticipa financeiramente nas deslocações e restantes despesas dos praticantes que, em representação daquela região, têm de jogar provas noutras regiões. Acrescentou saber que é intenção da ARBL participar os clubes e não diretamente os praticantes, o que considerava um erro. Foi esclarecido pela Mesa e pelo Presidente da FPB que essa é uma questão que deverá colocar em sede própria, isto é, a Assembleia Geral da ARBL, o órgão com competência para debater e deliberar sobre esse assunto.

Sobre questões de comparticipação a jogadores que se têm de deslocar da sua região para jogar a Taça de Portugal e, na sequência da sugestão feita por alguns delegados em Assembleia Geral anterior, o Presidente da FPB esclareceu que o Regulamento Geral da Taça de Portugal de 2016 contemplará a recomendação às Associações Regionais no sentido de as provas regionais da Taça terminarem a tempo das equipas

se prepararem para a deslocação à fase final, na Madeira, designadamente para adquirirem as respetivas passagens aéreas a preço económico. As Associações Regionais deverão providenciar, por outro lado, que os respetivos regulamentos das provas regionais contemplem os montantes dos apoios que serão concedidos aos praticantes apurados para jogar a final da Taça de Portugal e que, para isso, se desloquem à Madeira.

O Presidente da FPB distribuiu aos delegados um quadro com a especificação das verbas atribuídas à formação em 2014, respondendo assim a um pedido apresentado na Assembleia Geral anterior, tendo também esclarecido dúvidas sobre esta matéria.

O Presidente da FPB deu a conhecer à Assembleia Geral de uma carta do Presidente da European Bridge League (EBL), dando conta do acolhimento positivo que mereceu o interesse manifestado pela FPB na organização dos Campeonatos Europeus de Bridge, em 2020, na Região Autónoma da Madeira.

Deu-se depois início à apreciação dos pontos constantes da Convocatória com a apreciação do projeto da acta integral da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de Março de 2015. O projeto mereceu propostas de alteração apresentadas pelos delegados Paula Lima, Casimiro Talhinhos e Rui Duarte, para além de sugestões do próprio Presidente da FPB, relativamente às respetivas intervenções. Todas as propostas e sugestões foram aceites pela Mesa e a acta integral daquela Assembleia, depois de corrigida, foi aprovada por unanimidade.

Passou-se depois ao ponto 2. da Ordem de Trabalhos, com a apresentação pelo Presidente da FPB do Plano de Atividades para 2016 e o esclarecimento das várias questões colocadas pelos delegados.

O Presidente da FPB realçou que os Campeonatos Nacionais previstos pra 2016 obedecem ao mesmo figurino dos de 2015 e que o Campeonato Nacional de Segundas Categorias será delegado na ARBN. Quanto ao Campeonato da Europa que em 2016 se realizará em Budapeste, Portugal far-se-á representar pela seleções open e feminina. Disse ainda que o Campeonato Nacional Universitário terá lugar na Universidade Nova de Lisboa em 2016. Referiu também que se mantêm os dois programas de formação, um para jovens praticantes e o outro para os restantes praticantes e agentes.

O delegado João Paulo Rocha Pinto comentou que o Plano de Atividades para 2016 não lhe traz novidades congratulando-se, no entanto, com a modalidade adotada para apuramento da seleção sénior.

A delegada Paula Lima solicitou ao Presidente da FPB que informasse a Assembleia sobre a forma como está a decorrer o projeto NAC. O Presidente referiu que a Direção considera que a forma como o NAC está a decorrer é positiva, lembrando a recente dinamização do NAC feminino com treinos semanais e os juniores com representantes da Região Norte e de Lisboa, competindo entre si. O delegado Pedro Durão comentou que algo de errado se passa no NAC Open dada a grande percentagem de jogadores que têm abandonado o projecto, e o delegado Pedro Gil sugeriu que a informação técnica fornecida aos participantes no NAC seja divulgada a outros praticantes interessados.

A delegada Paula Lima lamentou que o NAC open esteja atualmente reduzido a apenas 6 pares e que alguns elementos que os compõem não sejam exemplo de

comportamento à mesa, conforme tem sido público e notório em várias competições desportivas.

O Presidente da FPB respondeu que a questão da ética e correção à mesa é um fator indispensável nas competições, o qual consta dos regulamentos das provas, designadamente os regulamentos do NAC e das seleções nacionais, sendo um aspeto relevante na escolha dos jogadores que integram as equipas que representam Portugal nas competições internacionais. Acrescentou que todos os processos relativos às questões de indisciplina relatados pelos árbitros têm sido canalizados para o Conselho de Disciplina e resolvidos por este órgão federativo.

A questão levantada pela delegada Paula Lima foi considerada pertinente pela generalidade dos delegados presentes que se manifestaram preocupados com as sucessivas ocorrências que têm testemunhado nas provas oficiais e que consideram indiciadoras de falta de ética e mau comportamento à mesa, presumindo que os árbitros das provas nem sempre valorizam tais atitudes e não as registam nos respetivos relatórios para que sejam analisadas pelos órgãos competentes. Pronunciaram-se assim os seguintes delegados: Luis Rodrigues, Casimiro Talhinas, João Paulo Rocha Pinto, Pedro Gil, Nuno Santos e Rui Duarte.

Foi proposto que a questão fosse levada ao conhecimento do Conselho de Arbitragem e que a Direção da FPB reforçasse junto dos agentes e órgãos competentes, quer ao nível da arbitragem quer ao nível da formação, o seu empenho na execução das regras da ética e correção à mesa. Assim, todos os delegados presentes na Assembleia, com a exceção de 3 que se abstiveram, aprovaram uma deliberação no sentido de a Mesa comunicar ao Conselho de Arbitragem a preocupação manifestada nesta Assembleia sobre as questões de indisciplina que têm vindo a ser testemunhadas na generalidade das provas oficiais, quer nos clubes, quer em competições regionais e nacionais.

Relativamente ainda ao Plano de Atividades, a Presidente da Mesa lembrou que o Conselho Fiscal apreciou em conjunto o Plano e o Orçamento para 2016 e emitiu um parecer favorável à sua aprovação, tendo-o lido.

Em seguida, o Plano de Atividades para 2016 foi colocado à votação dos delegados presentes e aprovado por maioria, com 13 votos a favor e 2 contra.

Seguiu-se a apresentação do Orçamento para 2016 que também foi objeto de vários pedidos de esclarecimento aos quais o Presidente da FPB respondeu.

Inocência Araújo começou por informar o seguinte:

O Orçamento de 2016 prevê 15% da verba total para as duas seleções nacionais, open e feminina, que no próximo ano representarão o país em provas internacionais. O montante dessa rubrica é bastante mais elevado do que no ano anterior, dadas as despesas previstas para a deslocação das seleções ao Campeonato da Europa. Nessa competição, só as inscrições orçam em 7.000€.

A Direção preparou um orçamento de base zero, pondo em comparação as verbas de 2014 e 2015 com as previstas para 2016, verificando-se que as restantes rubricas se mantêm com valores relativamente estáveis.

4
J.P.R.
25.
le

O delegado João Paulo Rocha Pinto lamentou que a FPB não apoie uma seleção sénior para representar Portugal no Campeonato da Europa apesar da maioria dos praticantes de Bridge em Portugal ter mais de 60 anos.

O delegado Casimiro Talhinhas comentou que os valores previstos permitem concluir que determinadas regiões, designadamente a ARBN e a ABM, apesar de lhes ter sido concedido o maior número de verbas para formação, não aumentaram em conformidade o número de praticantes licenciados. Concluiu assim por, no orçamento de 2016, se prever um decréscimo das quotizações naquelas regiões.

O Presidente da FPB esclareceu que a ARBN aumentou em 30% o número de praticantes entre os anos de 2014 e 2015, informação essa que constará do Relatório de Atividades de 2015.

Relativamente à Região Autónoma da Madeira, Inocêncio Araújo informou que nessa região o maior número de formandos são jovens, isto é, 80% da formação financiada na Região da Madeira dirige-se ao Bridge Escolar em quatro escolas, sendo duas públicas e duas privadas. Por isso, não há um efeito direto no número de praticantes registados a jogar torneios.

O delegado João Paulo Rocha Pinto pediu de novo a palavra para fazer uma crítica à medida tomada pela FPB de criar a taxa de licenciamento reduzida. Disse aquele delegado, resumidamente, que em 2014 existiam 912 praticantes registados na FPB dos quais cerca de metade só pagam anualmente 15€ (taxa reduzida) em vez de 45€ (taxa normal) como os restantes. Considera ainda que a Direção da FPB devia investir mais na captação de praticantes e que todos os licenciados deveriam pagar taxa do mesmo valor para que não existam praticantes de diferentes graduações.

O Presidente da FPB explicou uma vez mais àquele delegado que a introdução da taxa de licenciamento reduzida foi sugerida pelas Associações Regionais, tendo sido adotada pela FPB dada a existência de praticantes licenciados que não estão interessados em jogar campeonatos nacionais. Mas, são praticantes licenciados com os mesmos direitos dos que pagam a taxa de licenciamento completa, sendo o único impedimento que têm, o de não poderem jogar as competições nacionais. As estatísticas resultantes da informação existente na Federação comprovam que se trata dos praticantes que mais jogam competições de Bridge nos torneios de clube e nos campeonatos regionais.

O delegado Pedro Durão pediu a palavra para, sobre o mesmo assunto, comentar que, quando esta Direção criou a taxa reduzida considerou a medida interessante porque a taxa normal é de valor muito elevado. No entanto, poder-se-ia ter adotado, em alternativa, a redução para todos os praticantes da taxa normal, a qual passaria assim a ser igual para todos os praticantes licenciados. Acrescentou que seria praticamente impossível convencer os jogadores recentes a pagar a taxa normal de 45€, por isso a taxa reduzida foi bem aceite. Na prática, verifica que há jogadores oriundos das ações de formação financiadas pela FPB e que, por isso, têm de estar licenciados e pagar a taxa, mas que pouco participam em competições e alguns até acabam por se afastar da atividade bridgística.

O delegado Pedro Durão também disse que o preocupa a diminuição em 2016 das verbas destinadas à formação visto estar aí o investimento para o futuro. Considera, por outro lado, que não é boa política em ano do Campeonato da Europa fixar a

5
Jav, r
m J
le

prioridade nas despesas com as seleções que nos vão representar, prejudicando o apoio à formação.

O delegado Manuel Pedro Salgueiro pediu a palavra para sugerir que, com base na informação detida pela Federação e tendo em conta o ranking dos praticantes licenciados, se faça um levantamento estatístico dos jogadores que participam nas competições desportivas e a frequência com que o fazem. É de opinião que, assim, se poderão obter dados objetivos sobre quem participa nas competições bridgísticas.

Ainda sobre o Orçamento para 2016, a delegada Paula Lima questionou a Direção da FPB sobre a diferença apresentada entre a verba prevista para a deslocação e estadia da seleção open e da seleção feminina ao Campeonato da Europa.

O Presidente da FPB explicou que essa diferença de valores se deve ao facto de a competição open durar mais 3 dias do que o campeonato feminino.

Inocência Araújo solicitou ainda alguns minutos para esclarecer a Assembleia sobre algumas questões que tinham sido suscitadas pelos delegados presentes. Relativamente aos seniores, disse que seria do agrado da Direção apoiar financeiramente a deslocação de uma seleção nacional sénior ao Campeonato da Europa. Porém, as verbas são reduzidas e, por isso, houve que fazer opções subsidiando-se apenas as seleções open e feminina. Acrescentou que, se até lá, se concretizar a obtenção de patrocínios e apoios exteriores que a Direção da FPB insistentemente procura, a FPB não deixará de apoiar financeiramente também a seleção sénior.

Quanto à questão dos cortes na rubrica da formação no Orçamento para 2016, o Presidente da FPB esclareceu que se trata de uma necessidade absoluta, extensiva também a outras rubricas, face à exiguidade de verbas disponíveis e ao imperativo de custear a participação das representações nacionais nos Campeonatos da Europa.

Por fim, aquele dirigente disse concordar com o delegado João Paulo Rocha Pinto, quanto ao facto de 912 delegados no ano de 2014 ser um número muito reduzido face à população em Portugal, comparativamente com outros países com semelhante população. Porém, esta Direção, desde o início do seu mandato, tem-se empenhado na captação de novos praticantes, o que se tem verificado de ano para ano, ao contrário do que aconteceu no mandato anterior, em que o número de praticantes não cresceu.

Em seguida o Orçamento da FPB para 2016 foi colocado à votação dos delegados presentes tendo sido aprovado por maioria com 2 votos contra e uma abstenção.

A Assembleia apreciou também o assunto constante do ponto 4. da Convocatória De acordo com o estabelecido no nº 3 do artigo 42º dos Estatutos da FPB, os delegados tomaram conhecimento de um pedido de ratificação da cooptação do Dr. Amadeu José dos Santos, para integrar o Conselho de Disciplina.

Depois de apreciado o pedido, os 15 delegados presentes votaram secretamente, de acordo com os Estatutos, tendo ratificado, por unanimidade, a referida cooptação.

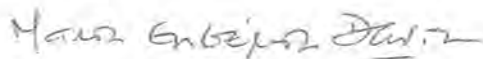
Antes de dar por finda a Assembleia, a Presidente da Mesa solicitou aos senhores delegados a autorização, que lhe foi concedida por todos, para a elaboração pela Mesa de uma minuta de acta, sem prejuízo da apresentação do projeto de acta

integral com o resumo das posições assumidas nesta Assembleia pelos delegados que participaram a qual será apreciada e votada na próxima Assembleia Geral.

Os trabalhos terminaram pelas 17h20.

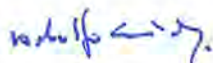
A presente acta, depois de aprovada na Assembleia Geral de 13 de Março de 2016, vai ser assinada pela Presidente da Mesa e pelos Secretários.

Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



Maria Eugénia Davim

Secretário da Mesa da Assembleia Geral



Adolfo Steiger Garção

Secretária da Mesa da Assembleia Geral



Maria de Lourdes Centeno